

**oikos**  
cooperação e desenvolvimento



| ESTATUTOS  
OIKOS

ESTATUTOS



# ESTATUTOS OIKOS

## **CAPÍTULO I DENOMINAÇÃO, DURAÇÃO, SEDE, PRINCÍPIOS GERAIS, OBJECTIVOS, FINS, RELAÇÕES COM OUTRAS INSTITUIÇÕES E DELEGAÇÕES OU REPRESENTAÇÕES.**

### ARTIGO 1º

1. Sob a denominação "Oikos – Cooperação e Desenvolvimento", adiante designada por "Oikos" constitui-se, por tempo indeterminado, a presente Associação de direito privado sem fins lucrativos.
2. A Oikos tem sede na Rua Visconde Moreira de Rey, 37, em Linda-a-Pastora, Freguesia de Queijas, Concelho de Oeiras.

### ARTIGO 2º

1. A Oikos, que se constitui como ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL DE COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO – ONGD – define-se como ecuménica, no sentido mais universal do termo, incluindo na sua composição, objetivos e âmbito de ação tudo o que promove a cidadania global, o desenvolvimento humano, equitativo e sustentável, a erradicação da pobreza extrema, e o exercício do direito de todas as pessoas a uma vida digna.
2. A Oikos inspira-se na visão humanista da solidariedade e orienta-se pela ideologia da "cooperação povo a povo", independente dos sistemas políticos ou económicos e forças religiosas que os regem e atravessam.
3. A Oikos desenvolverá a sua atividade de forma autónoma face a quaisquer organizações de carácter político, religioso ou económico, de modo a manter os princípios da imparcialidade, neutralidade, independência, integridade, boa governança, isenção e confidencialidade na comunicação, transparência e prestação de contas.
4. A Oikos promove iguais condições dignas de emprego entre mulheres e homens: apoia a diversidade e a igualdade de oportunidades como valores essenciais, através de políticas explícitas de não discriminação nos processos de admissão, formação e de progressão de carreira, tendo como base o género, a etnia, a classe social, deficiências, nacionalidade, a orientação sexual, as opções religiosas, a associação a sindicato ou a filiação política.
5. A Oikos desenvolverá as suas atividades no respeito pela Declaração Universal dos Direitos Humanos.

### ARTIGO 3º

1. A Oikos tem por objetivos contribuir para:
  - a. A erradicação da pobreza;
  - b. A redução das assimetrias económicas e de conhecimento;
  - c. O desenvolvimento humano, equitativo e sustentável;
  - d. A promoção dos direitos económicos, sociais e culturais, de modo a possibilitar a todos e todas uma vida digna.
2. Na prossecução dos seus objetivos, a Oikos terá em consideração que a complexidade das estratégias de erradicação da pobreza e promoção do desenvolvimento, implicam o envolvimento

# ESTATUTOS OIKOS

e a corresponsabilização dos atores sociais – públicos, privados e do sector social e cooperativo – no desenho e operacionalização de soluções sustentáveis à escala local, nacional, regional e global.

3. A Oikos realizará a sua atividade, de forma integrada, numa escala local, nacional, regional e global.

4. A Oikos privilegiará o trabalho com as comunidades mais vulneráveis à pobreza, às catástrofes naturais, ou aos efeitos dos conflitos armados ou outras catástrofes de origem ambiental ou humana.

5. Tendo em consideração a sua história, conhecimento e experiência acumulada, a Oikos privilegiará a ação junto das comunidades mais vulneráveis, pobres e excluídas de Portugal, e dos países em desenvolvimento.

6. Consciente do seu papel de facilitador e promotor de cooperação, a Oikos apoiará e incentivará os atores sociais – públicos, privados e do sector social e cooperativo – de Portugal, da CPLP e da Comunidade Ibero-Americana ao reforço dos laços e programas de cooperação para o desenvolvimento com outros povos.

## ARTIGO 4º

1. A Oikos propõe-se, em particular:

a. Conceber, executar, facilitar e apoiar a realização de programas e projetos de cariz social, cultural, ambiental, cívico e económico, designadamente através de ações nos países em desenvolvimento (PeD):

i. De ação humanitária, por forma a contribuir para a assistência e proteção das pessoas mais vulneráveis perante uma situação de emergência, verificada ou potencial.

ii. De cooperação para o desenvolvimento, incluindo a promoção da segurança alimentar, acesso aos serviços essenciais, promoção dos meios de vida sustentáveis, ambiente e gestão sustentável dos recursos naturais, mitigação e adaptação às alterações climáticas, reforço e capacitação dos atores sociais.

iii. De proteção e promoção dos direitos humanos, nomeadamente dos direitos económicos, sociais e culturais.

b. A educação e a formação, enquanto contributos para o desenvolvimento integral das sociedades, o reforço da paz e a capacitação dos atores sociais, são também assumidas como dimensões fundamentais da atividade da Oikos. c. Contribuir para o desenvolvimento rural, promover a sustentabilidade da agricultura e do setor agroalimentar, incluindo pescas e aquacultura, e das comunidades mais vulneráveis que dependem dos recursos naturais para a sua subsistência, em Portugal e nos Países em Desenvolvimento. d. Promover a segurança e soberania alimentares e nutricional das populações com quem a Oikos trabalha, em Portugal e nos Países em Desenvolvimento, dotando-os de informação, conhecimento técnico, tecnologias e capacidade organizativa necessária para ampliarem a sua escala de produção, enriquecerem a sua cadeia de valor e/ou criar novas, garantindo-lhes o acesso ao mercado local, regional, nacional, e de exportação.

2. A Oikos propõe-se ainda:

a. Estimular e apoiar as comunidades e camadas da população mais excluídas e vulneráveis de Portugal, apoiando a sua inclusão e participação nas decisões e nos processos de



# ESTATUTOS OIKOS

desenvolvimento sustentável.

b. Apoiar o empreendedorismo social, bem como as iniciativas de liderança social que possam contribuir para o desenvolvimento sustentável das comunidades mais vulneráveis em Portugal, e nos países em desenvolvimento.

c. Favorecer e apoiar a cooperação descentralizada, nomeadamente através do conhecimento recíproco e a partilha das iniciativas e das experiências de desenvolvimento que se promovam em Portugal e nos Países em Desenvolvimento, nomeadamente as promovidas pelos atores locais.

d. Promover a “educação para o desenvolvimento”, como processo dinâmico, interativo e participativo que visa: a formação integral das pessoas; a consciencialização e compreensão das causas dos problemas de desenvolvimento e das desigualdades locais e globais num contexto de interdependência; a vivência da interculturalidade; o compromisso para a ação transformadora alicerçada na justiça, equidade e solidariedade; a promoção do direito e do dever de todas as pessoas e de todos os povos a participarem e contribuírem para um desenvolvimento integral e sustentável. e. Contribuir para a criação de uma cidadania global – Educação para a Cidadania Global - potenciando o surgimento de cidadãos e cidadãs capazes de assumir um papel de liderança social e de se auto-organizarem numa multiplicidade de formas, com o objetivo de cuidar e de promover o bem comum.

f. Influenciar as políticas públicas, por forma a criar condições para a concretização de um mundo sem pobreza e injustiça, onde o desenvolvimento humano seja equitativo e sustentável à escala local e global.

g. Contribuir para o aprofundamento das iniciativas de responsabilidade social das empresas e para o fortalecimento e profissionalização dos atores sociais e cooperativos.

3. Na prossecução dos seus fins, objetivos e âmbito de ação, a Oikos poderá impulsionar, dinamizar, promover, orientar, dirigir, manter ou criar todas as iniciativas, ações e atividades que a eles se adequem, designadamente a prestação de serviços, a criação de e participação em empresas e a fruição de negócios sociais, incluindo iniciativas de comércio e comércio eletrónico, investimento e empreendedorismo.

## ARTIGO 5º

1. A Oikos, como organização não-governamental, privilegiará as relações de cooperação com outras organizações não-governamentais, nacionais, estrangeiras ou internacionais, que lhe sejam afins.

2. A Oikos poderá colaborar, cooperar, filiar-se ou federar-se com e em instituições nacionais, estrangeiras ou internacionais que não prossigam fins contrários aos seus.

3. Salvaguardando sempre o seu carácter não-governamental e a sua autonomia, a Oikos manterá relações de cooperação com as instâncias governamentais e intergovernamentais, nacionais, estrangeiras e internacionais, aplicadas ao desenvolvimento e à cooperação entre os povos.

## ARTIGO 6º

1. A Oikos pode criar delegações, núcleos ou outras formas de representação onde entender conveniente, competindo a decisão ao Conselho Diretivo.

2. A estrutura, competência e funcionamento das delegações será definida pelo regulamento interno.

# ESTATUTOS OIKOS

## **CAPÍTULO II DOS MEMBROS ASSOCIADOS**

### ARTIGO 7º

Podem ser membros associados todas as pessoas individuais ou coletivas que concordem e adiram aos princípios orientadores, objetivos e fins da Associação.

### ARTIGO 8º

1. Adquire a qualidade de membro associado individual aquele que manifeste tal interesse através de assinatura (física ou digital) de formulário próprio em que constem as condições referidas no artigo anterior e o compromisso de cumprimento dos deveres dos Associados previstos nos presentes Estatutos.
2. Adquire a qualidade de membro associado coletivo toda a organização que, através do seu representante legal, assine (física ou digitalmente) o formulário próprio em que constem as condições referidas no artigo anterior e o compromisso de cumprimento dos deveres dos Associados previstos nos presentes Estatutos.
3. O Conselho Diretivo reserva o direito de recusar a candidatura se considerar que o candidato não respeita o previsto no artigo 4.º
4. Tal recusa deverá ser comunicada de forma fundamentada ao candidato no prazo máximo de 30 dias após a candidatura.
5. Da deliberação do Conselho Diretivo que não admita a candidatura cabe recurso, nos termos gerais, a interpor no prazo de trinta dias a contar da respetiva notificação para a Assembleia Geral cuja deliberação é definitiva.

### ARTIGO 9º

1. São direitos dos associados, sem prejuízo dos demais consagrados na lei e nos presentes Estatutos:
  - a. Participar na Assembleia Geral.
  - b. Eleger e ser eleito para os órgãos da Associação.
  - c. Participar nas atividades da Associação, nos termos do regulamento interno.
  - d. Propor ao Conselho Diretivo as iniciativas que julguem adequadas ou convenientes para a prossecução dos objetivos da Oikos.

### ARTIGO 10º

1. São deveres dos associados, para além dos que se encontrem consignados na lei e nestes Estatutos:
  - a. Cumprir os Estatutos, Regulamentos e deliberações dos órgãos sociais.
  - b. Participar na Assembleia Geral e aceitar os cargos para que forem eleitos, salvo motivo de escusa precedente.
  - c. Contribuir para a prossecução dos fins e objetivos da Oikos e para o desenvolvimento da respetiva atividade.
  - d. Pagar o montante acordado e pontualmente no momento estabelecido, as quotas a que se

# ESTATUTOS OIKOS

encontrem obrigados. e. Comunicar à Oikos qualquer mudança de dados pessoais relevantes, como o endereço postal, o endereço eletrônico, entre outros.

2. O valor mínimo da quota anual a que os associados estão obrigados a pagar será fixado pela Assembleia-geral.

## ARTIGO 11º

1. Perde a qualidade de Associado quem:

- a. Comunicar por escrito a sua exoneração, sem prejuízo da liquidação das suas dívidas;
- b. Devendo mais do que duas quotas, não realizar o respetivo pagamento no prazo de trinta dias a contar da data em que para tanto tenha sido avisado por escrito, salvo motivo exposto por escrito que seja considerado aceitável pelo Conselho Diretivo;
- c. Praticar atos graves contrários aos seus deveres, aos presentes Estatutos, Regulamentos ou deliberações legítimas dos órgãos sociais, cabendo a deliberação à Assembleia-geral.

2. A prática de atos contrários aos deveres de associado, aos presentes Estatutos, Regulamentos ou deliberações legítimas dos órgãos sociais que não sejam graves poderão dar origem a uma de duas deliberações do Conselho Diretivo:

- a. Repreensão;
- b. Suspensão de direitos por um período de 15 dias a um ano.

3. A aplicação de qualquer sanção tem de ser precedida de processo disciplinar, de natureza contraditória e que conceda ao - ao associado faltoso todas as garantias de defesa.

4. Como providência cautelar, podem, no decurso do processo disciplinar, ser suspensos todos ou alguns dos direitos ao associado faltoso mas nunca por período superior a quatro meses.

5. A instauração de processo disciplinar ou a aplicação de qualquer sanção não isentam o associado do cumprimento dos seus deveres e de indemnizar a Oikos pelos prejuízos causados.

6. O associado que, por qualquer forma, perca a respetiva qualidade não tem direito a reaver o que houver prestado e mantém-se responsável pela satisfação de todas as prestações em dívida relativas ao tempo em que foi associado da Oikos.

## **CAPÍTULO III DOS ÓRGÃOS SOCIAIS SECÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS**

## ARTIGO 12º

São órgãos da Associação: a Assembleia Geral, presidida pela respetiva Mesa, o Conselho Diretivo e a Comissão Fiscalizadora.

## ARTIGO 13º

1. Os membros eleitos dos órgãos sociais da Oikos não serão remunerados no desempenho de funções inerentes aos cargos para os quais forem eleitos.

2. Em casos de reconhecida necessidade, decorrentes de circunstâncias consideradas urgentes ou prioritárias pelo Conselho Diretivo e reconhecidas pela Assembleia Geral, os titulares dos órgãos sociais como os demais membros da Associação, poderão ser chamados a desempenhar funções executivas que, pela sua complexidade, e exigências de tempo e entrega, impliquem a sua

# ESTATUTOS OIKOS

remuneração.

3. Seja ou não remunerado, o exercício de qualquer cargo pode justificar o pagamento das despesas dele derivadas.

## ARTIGO 14º

1. Os órgãos sociais da Oikos só podem funcionar com a presença da maioria dos respetivos membros, mas a Assembleia Geral em 2ª convocação pode funcionar com qualquer número de membros presentes.

2. Salvo o disposto na lei ou nos presentes Estatutos, as deliberações são tomadas por voto da maioria dos titulares dos cargos ou dos associados presentes às sessões, tendo o Presidente de cada órgão e o da Mesa da Assembleia Geral, nas deliberações desta, direito a voto de desempate.

3. Os titulares dos cargos dos órgãos sociais e os restantes associados, na Assembleia Geral, não poderão votar em assuntos que diretamente lhes digam respeito ou nos quais sejam interessados os respetivos cônjuges, ascendentes, descendentes ou equiparados.

4. Exceciona-se do prescrito no número anterior, a eleição para os órgãos sociais, caso em que os titulares dos órgãos sociais podem votar em si próprios.

5. Os associados podem fazer-se representar nas sessões da Assembleia Geral, nos termos do disposto no Regulamento Interno, mas cada associado não poderá representar mais que um outro.

6. É admitido o voto por correspondência, nos termos do disposto no Regulamento Interno.

## ARTIGO 15º

1. As reuniões dos órgãos da Oikos são convocadas pelo respetivo Presidente.

2. De cada reunião será lavrada a respetiva ata.

## ARTIGO 16º

1. Os membros do Conselho Diretivo e da Comissão Fiscalizadora não podem abster-se de votar nas reuniões em que estejam presentes, excetuando o previsto no nº3 do artigo 14º, e são civil e criminalmente responsáveis, nos termos da lei, pelas faltas ou irregularidades cometidas no exercício do mandato.

2. Além de outros casos previstos na lei, constituirão causa de exoneração de responsabilidade dos titulares dos órgãos sociais da Associação a que alude o número anterior: a. Não terem tomado parte na respetiva deliberação e a ela se oporem com declaração feita na reunião imediata em que se encontrem presentes; b. Terem votado contra essa deliberação e fazerem-no consignar em ata.

3. A falta continuada de comparência, sem justificação ou motivo de força maior, constitui uma grave omissão para com os deveres do cargo para que foi eleito.

4. A contratação de crédito junto de entidades bancárias ou de terceiros, só poderá ser efetuada com aprovação em Assembleia Geral mediante proposta do Conselho Diretivo.

## ARTIGO 17º

1. Às eleições para qualquer dos órgãos sociais da Oikos aplica-se regulamento interno próprio.

2. As candidaturas a todos os órgãos sociais da Oikos são nominativas e a eleição sujeita à apreciação do curriculum vitae, da experiência de vida e profissional e de outros elementos

# ESTATUTOS OIKOS

relevantes para a função específica que cada candidato se propõe assumir.

3. A duração do mandato dos titulares dos cargos sociais é de três anos.

4. O mandato considera-se sempre prorrogado até à tomada de posse dos novos titulares dos cargos dos órgãos sociais.

5. Salvo se a Assembleia Geral reconhecer expressamente que é impossível ou inconveniente substituí-los, os titulares dos órgãos sociais não podem ser eleitos para mais de dois mandatos consecutivos.

## ARTIGO 18.º

1. Verificando-se que, por qualquer facto, algum órgão perca o respetivo quorum, deverão verificar-se eleições parciais ou gerais, conforme o caso.

2. Para a realização das eleições referidas no n.º anterior, no prazo máximo de 30 dias a contar da verificação da falta de quórum, deverá ser convocada Assembleia Geral extraordinária.

3. O termo do mandato dos titulares eleitos nos termos anteriores coincidirá com o mandato em curso.

## SECÇÃO II DA ASSEMBLEIA GERAL

### ARTIGO 19º

1. A Assembleia Geral é o órgão soberano da Oikos e é constituída por todos os associados no pleno gozo dos seus direitos.

2. A Assembleia Geral é presidida pela Mesa da Assembleia Geral.

3. A Mesa da Assembleia Geral é constituída por um Presidente, um Secretário e um Vogal.

### ARTIGO 20º

1. Compete, designadamente, à Mesa da Assembleia Geral:

- a. Convocar a sua realização.
- b. Presidir e fiscalizar o processo eleitoral e manter atualizados os cadernos eleitorais.
- c. Dirigir, orientar e disciplinar os trabalhos da Assembleia Geral.
- d. Conferir posse aos titulares dos cargos dos órgãos sociais.

### ARTIGO 21º

1. É da exclusiva competência da Assembleia Geral:

- a. Deliberar sobre linhas estratégicas fundamentais da atuação e de desenvolvimento da Oikos, propostas pelo Conselho Diretivo;
- b. Eleger os titulares dos cargos dos órgãos sociais e destituí-los, ocorrendo justa causa;
- c. Apreciar e votar o Plano de Atividades e Orçamento anuais propostas pelo Conselho Diretivo;
- d. Apreciar e votar, anualmente, o Relatório e Contas do Conselho Diretivo, ouvido o parecer da Comissão Fiscalizadora;
- e. Deliberar sobre a extinção, fusão ou cisão da Oikos, para o que carece de uma maioria de 3/4 de todos os associados no pleno gozo dos seus direitos;



# ESTATUTOS OIKOS

- f. Deliberar sobre a modificação dos Estatutos da Oikos para o que carece de uma maioria de 3/4 dos associados presentes;
  - g. Deliberar sobre o recurso de recusa de candidatura a associado nos termos do artigo 8.º n.º 5 dos presentes Estatutos;
  - h. Estabelecer o valor mínimo da quota dos associados nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 10.º dos presentes Estatutos;
  - i. Deliberar sobre a perda de qualidade de associado por infração grave nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 11.º dos presentes Estatutos.
2. À Assembleia Geral compete ainda deliberar sobre as matérias que não sejam da competência exclusiva dos outros órgãos da Oikos.
3. A Assembleia-geral pode criar grupos ad hoc aos quais confere mandato para assistir e orientar o Conselho Diretivo e a Oikos em geral.

## ARTIGO 22º

1. A Assembleia Geral reúne-se anualmente em sessões ordinárias, e extraordinariamente sempre que seja convocada a requerimento do Conselho Diretivo, da Comissão Fiscalizadora ou de, pelo menos, 3/5 dos associados no pleno gozo dos seus direitos.
2. O Presidente da Mesa da Assembleia Geral pode convocar motu proprio a Assembleia Geral para sessões extraordinárias.

## ARTIGO 23º

1. As sessões da Assembleia Geral são convocadas com, pelo menos, 15 dias de antecedência, através de convocatória expedida para o domicílio dos associados.
2. Da convocatória constará, obrigatoriamente, a indicação do dia, hora, local e ordem de trabalhos da reunião.
3. Requerida a convocação da Assembleia Geral em sessão extraordinária, ela deve ser convocada no prazo máximo de 10 dias, contados a partir da receção do requerimento. SECÇÃO

## III DO CONSELHO DIRECTIVO

## ARTIGO 24º

1. O Conselho Diretivo é constituído por um número ímpar de titulares, no mínimo de três e no máximo de nove, dos quais um será o presidente e os restantes vogais.
2. Todos os membros do Conselho Diretivo são eleitos à exceção do Diretor Executivo que é, por inerência, parte deste órgão.
3. O Presidente do Conselho Diretivo tem voto de qualidade em caso de empate.
4. A Assembleia Geral nomeará membros suplentes para o Conselho Diretivo, no mínimo de um, os quais se tornarão efetivos à medida que se verifique a vacatura de cargos efetivos neste órgão e pela ordem em que tiverem sido eleitos.
5. Os membros suplentes do Conselho Diretivo poderão assistir às suas reuniões, sem direito de voto.

# ESTATUTOS OIKOS

## ARTIGO 25º

1. Compete ao Conselho Diretivo, sem prejuízo do demais previsto na lei ou nos Estatutos:
  - a. Garantir a boa implementação das linhas gerais da atividade da Oikos e propor eventuais revisões à deliberação da Assembleia Geral.
  - b. Aprovar os regulamentos internos previstos nos Estatutos e outros necessários à organização da Oikos e à boa prossecução dos seus fins, cuja aprovação não esteja reservada a outro órgão.
  - c. Coordenar a gestão, funcionamento e administração da Oikos e dinamizar e impulsionar a sua atividade.
  - d. Aprovar o Relatório e Contas do Exercício, submetê-lo a auditoria externa e ao parecer da Comissão Fiscalizadora, e apresentá-lo para aprovação da Assembleia Geral.
  - e. Aprovar a proposta de orçamento e plano de ação para o ano imediato.
  - f. Aprovar o quadro de pessoal e o organograma dos serviços.
  - g. Propor à Assembleia Geral a criação de Delegações, Núcleos ou outras formas de representação social fora da sede.
  - h. Exercer o poder disciplinar sobre os associados, nos termos do mandato que lhe seja conferido pela Assembleia Geral, no seguimento do disposto no Artigo 11º e sobre os funcionários da Oikos;
  - i. Abrir e movimentar as contas bancárias da Oikos;
  - j. Adquirir quaisquer bens móveis e imóveis, necessários à prossecução dos fins da atividade da Oikos, ou tomá-los de aluguer ou arrendamento, mesmo mediante locação financeira e alienar os mesmos;
  - k. Aceitar e reconhecer doações puras e deixas testamentárias a favor da Oikos;
  - l. Zelar pelo cumprimento da lei, Estatutos e deliberações dos órgãos sociais;
  - m. Representar a Oikos em juízo ou fora dele;
  - n. Criar delegações, núcleos ou outras formas de representação onde entender conveniente.

## ARTIGO 26º

1. O Conselho Diretivo reúne-se, de ordinário, pelo menos uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que para o efeito for convocado pelo seu Presidente, a requerimento do Presidente da Assembleia Geral, do Presidente da Comissão Fiscalizadora, ou de 2/5 dos associados no pleno gozo dos seus direitos.
2. Das reuniões são lavradas atas, que podem ser consultadas pelos associados.

## ARTIGO 27º

1. O Conselho Diretivo, no exercício das suas funções é auxiliado por uma Direção Executiva.
2. A Direção Executiva é composta por um(a) Diretor(a) Executivo(a) que tem assento no Conselho Diretivo, por um(a) Diretor(a) de Desenvolvimento, por um(a) Diretor(a) de Operações, por um(a) Diretor(a) Administrativo(a) e Financeiro(a).
3. Compete à Direção Executiva:
  - a. A gestão da Oikos;
  - b. O funcionamento e administração da Oikos, dinamizando e impulsionando a sua atividade;
  - c. A elaboração de todos os documentos a serem aprovados pelos outros órgãos.

# ESTATUTOS OIKOS

## ARTIGO 28º

1. A Oikos obriga-se:
  - a. Pela assinatura de dois membros do Conselho Diretivo.
  - b. Pela assinatura de um membro do Conselho Diretivo e de um mandatário legalmente constituído pelo Conselho Diretivo.
  - c. Na impossibilidade de obrigação da Oikos através dos requisitos definidos nas anteriores alíneas a) e b), por dois mandatários legalmente constituídos pelo Conselho Diretivo.
  - d. No início do seu mandato, o Conselho Diretivo nomeará 3 membros que, por norma, assinarão em nome da Oikos, e constituirão/renovarão eventuais mandatários legais seus representantes. Qualquer alteração deverá ser objeto de decisão formal em reunião de Conselho Diretivo.
  - e. A constituição legal de mandatários só poderá ser efetuada mediante a aprovação formal em reunião do Conselho Diretivo.
  - f. Os mandatários legalmente constituídos só poderão delegar os seus poderes com autorização expressa, e por escrito, de dois membros do Conselho Diretivo.
  - g. Em países ou locais de operação em que apenas exista um recurso humano da Oikos, o Conselho Diretivo poderá delegar-lhe poderes suficientes para a obrigação da Associação. Para tal deverá efetuar uma Procuração Formal devidamente assinada por dois membros.
  - h. Cabe ao Conselho Diretivo aprovar e rever o Manual de Procedimentos Administrativos da Oikos, do qual constarão as formas de obrigação da Oikos em matéria administrativa e financeira, em consonância com os presentes Estatutos.

## SECÇÃO IV DA COMISSÃO FISCALIZADORA

### ARTIGO 29º

A Comissão Fiscalizadora é composta por três titulares: um Presidente, um Secretário e um Vogal.

### ARTIGO 30º

1. Compete à Comissão Fiscalizadora, para além do disposto na lei e nos Estatutos:
  - a. Fiscalizar a escrituração, livros e documentos, quando o julgue necessário.
  - b. Assistir ou fazer-se representar às e nas sessões do Conselho Diretivo.
  - c. Dar parecer sobre o Relatório e Contas do Exercício.
2. No exercício das suas atribuições, a Comissão pode solicitar a qualquer órgão social, departamento, serviço ou secção da Oikos as informações ou elementos que julgue para o efeito necessários.

## CAPÍTULO IV DAS RECEITAS

### ARTIGO 31º

1. São receitas da Oikos, entre outras:
  - a. As quotas dos membros associados;

# ESTATUTOS OIKOS

- b. Os rendimentos de bens próprios;
- c. As doações, legados, heranças e respetivos rendimentos;
- d. Os subsídios, donativos, participações e financiamentos de que seja beneficiária;
- e. O produto de subscrições e das suas atividades;
- f. As receitas de iniciativas de angariação de fundos, como coletas;
- g. As receitas de espetáculos, colóquios ou outros eventos e iniciativas que sejam promovidas com essa finalidade;
- h. As receitas que, no estrito respeito pelo enquadramento legal e fiscal em vigor, venham a ser adquiridas no âmbito de iniciativas de comercialização de bens e serviços, incluindo ao nível da consultoria, outsourcing, formação, venda de produtos solidários, comércio justo, participação em produtos de investimento solidário, sempre que sejam realizadas como atividades acessórias e subsidiárias, realizadas em função da necessidade de obtenção de recursos próprios para o cumprimento da missão e objetivos sociais da Oikos;
- i. Quaisquer outras receitas permitidas por lei.

## **CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

### **ARTIGO 32º**

1. Deliberada a extinção da Oikos, compete à Assembleia Geral deliberar, igualmente, quanto ao destino dos bens e eleger uma comissão liquidatária.
2. Os poderes da comissão liquidatária ficam limitados à prática dos atos conservatórios e necessários à conclusão da liquidação.

***Texto integral com as alterações aprovadas na reunião da Assembleia Geral Extraordinária de 22 de Julho de 2015.***



A Oikos – cooperação e desenvolvimento é uma Associação sem Fins Lucrativos, reconhecida internacionalmente como Organização Não Governamental para o Desenvolvimento. Acreditamos num mundo sem pobreza e injustiça, onde o desenvolvimento humano seja equitativo e sustentável à escala local e global. Por isso, assumimos como missão erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades para que todas as pessoas usufruam do direito a uma vida digna.

**[www.oikos.pt](http://www.oikos.pt)**

Rua Visconde Moreira de Rey, 37 | Linda-a-Pastora | 2790 - 447 Queijas | Portugal  
telefone (+351) 21 882 3630 | fax (+351) 21 882 3635 | e-mail [oikos.sec@oikos.pt](mailto:oikos.sec@oikos.pt) | NIF: 502 002 859